

Impactos do Setor Petrolífero na Economia Brasileira

A elevação acentuada dos preços do petróleo tem sido, historicamente, fator de desequilíbrio nas transações correntes do balanço de pagamentos brasileiro, com impactos diretos na inflação, no nível de atividade e nos resultados fiscais do setor público. A atual situação, com preços nominais recordes, embora ainda abaixo, em termos reais, dos atingidos no final dos anos 1970, tem causado, no entanto, impactos reduzidos sobre o setor externo brasileiro, em função do desempenho recente da produção doméstica e das exportações de petróleo.

Este boxe busca avaliar a situação atual da balança comercial do setor de combustíveis e lubrificantes, traçando um paralelo com os dados das crises anteriores, e relaciona, ainda, os impactos diretos do setor petrolífero sobre o nível de atividade, a inflação e o desempenho das contas fiscais.

A inserção do petróleo e de seus derivados em todas as esferas econômicas, de forma direta ou indireta, torna complexa a mensuração precisa dos efeitos das variações dos seus preços sobre a atividade econômica, em geral, e sobre a balança comercial, em particular, assinalando-se que o dinamismo recente da balança comercial tem possibilitado a absorção mais confortável dos efeitos negativos dos aumentos nos preços internacionais.

A produção doméstica de petróleo representava pouco mais da metade do consumo interno no início da década de 1990. Atualmente, essa produção está muito próxima de atender à totalidade da demanda. Contudo, as características do petróleo doméstico, das usinas de refino e da demanda por derivados tornam mais vantajoso, do ponto de vista econômico, o refino interno de

Estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) evidenciam que, para cada unidade de peso de petróleo exportado, no período de 1996 a 1999, foram importadas, em média, 349 unidades, quantidade que se reduziu para 1,5 unidade no período de 2002 a 2005.

A tendência das compras externas dos produtos derivados do petróleo tem sido decrescente. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), as importações de óleo diesel passaram, gradativamente, de 41,1 milhões de barris, em 2001, para 14,9 milhões, em 2005. Na mesma base de comparação, as compras externas de gás liquefeito de petróleo recuaram de 24,2 milhões de barris para 6 milhões, e as de querosene de aviação, de 7,4 milhões de barris para 2 milhões. Apenas a importação de nafta apresentou aumento significativo em 2005, após ter se mantido relativamente estável, nos anos anteriores, no patamar de 20,5 milhões de barris. Esses produtos representaram, em conjunto, 86,9% do valor total de derivados importados, em 2005.

Os principais derivados exportados têm atingido patamares elevados. As vendas externas de óleo combustível passaram de 11,2 milhões de barris, em 2000, para patamar superior a 30 milhões, no período de 2001 a 2005, atingindo 46,9 milhões de barris em 2004. Em 2006, até agosto, o volume exportado atingiu 29,5 milhões de barris. As exportações de gasolina têm apresentado maior volatilidade, com volume médio de 16,7 milhões de barris no período de 2000 a 2005, acumulando, até agosto de 2006, 9,4 milhões. Nos oito primeiros meses deste ano, gasolina e óleo combustível representaram 86% do total de derivados exportados.

Considerando o valor, a relação entre importações e exportações de derivados tem-se reduzido constantemente, passando de US\$3,67 de importações para cada dólar exportado, em 2000, para US\$1,07 em 2006, até agosto. Dessa forma, o déficit de petróleo e derivados mostra tendência declinante nos últimos anos, tanto por influência do crescimento das exportações, como pela redução das importações. A redução gradativa da dependência deverá ser acentuada, pois a Petrobrás está implementando

projeto de adequação das refinarias brasileiras ao petróleo mais pesado produzido no País. Além disso, outras medidas poderão representar economia na importação de petróleo e de seus derivados, como investimentos em novas usinas hidrelétricas e na produção de biodiesel.

Esse desempenho do setor petrolífero no comércio exterior tem também contribuído para os crescentes saldos comerciais observados nos últimos anos, colocando as contas externas do País em posição mais confortável ante eventuais desequilíbrios no mercado internacional de petróleo. Da mesma forma, os consequentes superávits em transações correntes, obtidos a partir de 2003, reforçam a capacidade da economia brasileira em absorver esses choques externos.

Aplicando-se os preços atuais aos volumes exportados e importados de petróleo e de derivados em 2000, pode-se estimar que o setor tenha contribuído com cerca de US\$9,7 bilhões para a reversão de US\$45,5 bilhões verificada na balança comercial no período de 2000 a 2005.

Além dos impactos imediatos na balança comercial, a alta dos preços do petróleo no mercado internacional tem, também, impactos no preço dos derivados no mercado interno. No caso da nafta ou do querosene para aviação, esse efeito ocorre praticamente de forma direta. Para a gasolina e o óleo diesel, a Petrobrás segue política de não repassar ao mercado doméstico a volatilidade externa do preço do petróleo, reajustando os preços internos somente quando o preço internacional apresenta novo patamar consolidado. Como os preços dos derivados dependem especialmente do mercado externo, a taxa de câmbio, além das cotações internacionais, constitui fator fundamental para os reajustes internos. Em função desses aspectos, não é possível determinar com exatidão quando ocorrem os reajustes de preços desses combustíveis, nem as suas magnitudes, sobretudo nos momentos em que o mercado externo desses produtos apresenta alta volatilidade.

Para avaliar o impacto direto do aumento do preço da gasolina, do gás de bujão e do óleo diesel nos índices de preços (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI e Índice de

Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), tomou-se como base uma alta, hipotética, de 10% nos preços de realização da Petrobrás (sem Cide e PIS/Cofins¹). Esse aumento resulta em elevações de 6,4% no preço de faturamento (com Cide e PIS/Cofins) da gasolina e de 8,4% no preço do gás de bujão e do óleo diesel, que correspondem aos aumentos nos preços no atacado (captados pelo Índice de Preços por Atacado – IPA). Os preços ao consumidor sofrem reajustes menores em decorrência, principalmente, da margem de distribuição. No caso da gasolina, o aumento do preço ao consumidor é ainda minimizado em razão da mistura de 20% de álcool anidro. Em função desses fatores, estimam-se os reajustes de preços para o consumidor em 5,1% para a gasolina; 6,9% para o óleo diesel; e 5,9% para o gás. A Tabela 1 resume os impactos para o IPCA e para o grupo dos preços monitorados, decorrentes de reajuste de 10% no preço de realização da Petrobrás.

Tabela 1 – Impacto no IPCA de reajuste de 10%^{1/} no preço de derivados de petróleo

Discriminação	Gasolina	Óleo diesel	Gás de bujão
Preço realização (%)	10,00	10,00	10,00
Preço faturamento (%)	6,43	8,37	8,38
Preço consumidor (%)	5,14	6,91	5,87
Impacto IPCA (p.p.)	0,25	0,01	0,07
Impacto monitorados (p.p.)	0,79	0,02	0,23
Impacto IPCA (gasolina, diesel e gás de bujão)			0,32
Impacto monitorados (gasolina, diesel e gás de bujão)			1,03

1/ Reajuste linear sobre o preço de realização (antes da incidência de impostos).

De acordo com a Tabela 1, o impacto direto do reajuste de 10% no preço da gasolina, do gás e do óleo diesel (preço de realização) é de 0,32 p.p. no IPCA e de 1,03 p.p. no grupo dos monitorados. Além desse impacto direto, entretanto, o preço dos combustíveis tem impactos indiretos sobre outros preços da economia, em especial, sobre o item transporte público, cujo peso no IPCA é de 6,3%.

Em relação à produção doméstica, a elevação dos preços internacionais do petróleo e seus derivados tem se constituído em mais um fator de fomento. Os setores de extração e refino de petróleo, bem como a indústria petroquímica, têm aumentado suas participações no valor adicionado da economia brasileira nos últimos anos. Em 1990, a participação desses dois setores somava 10,3% do valor adicionado do setor industrial. Essa participação passou para 13,1%, em 2000, e para 19,6%, em 2003, último dado disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse aumento de participação no período mais recente mostra o importante papel do setor de petróleo para a atividade industrial. Deve-se lembrar que esses setores dependem de investimentos elevados e com longo prazo de maturação.

1/ Cide: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (R\$0,28/l de gasolina e R\$0,07/l de diesel). PIS/Cofins: Plano de Integração Social/ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (R\$0,2616/l de gasolina e R\$0,148/l de diesel).

No caso do refino de petróleo, as refinarias nacionais processaram em média 1,7 milhão de barris diários em 2005, utilizando cerca de 94,2% de sua capacidade instalada. Para os próximos dois anos, não há previsão de aumento de capacidade de refino. A nova refinaria da Petrobrás/PDVSA anunciada, que deverá ser construída em Pernambuco, tem previsão de entrar em operação em 2011.

No caso da extração de petróleo, está programada a entrada em operação de diversas plataformas, garantindo o crescimento do setor nos próximos anos.

Por fim, em relação aos impactos sobre o setor fiscal, a Petrobrás, sendo uma empresa estatal, integra as estatísticas fiscais compiladas pelo Banco Central, cuja abrangência inclui, além do governo federal e dos governos estaduais e municipais, as empresas estatais pertencentes a esses três níveis de governo. O segmento de empresas estatais, do qual a Petrobrás é a principal componente, tem dado significativa contribuição para o ajuste fiscal do setor público. O superávit primário do segmento representou, em média, no período 2003-2005, 17,1% do superávit total do setor público. No acumulado em doze meses até julho de 2006, essa relação atingiu 18,3%.

Gráfico 3 – Resultado primário acumulado em doze meses

Percentual do PIB

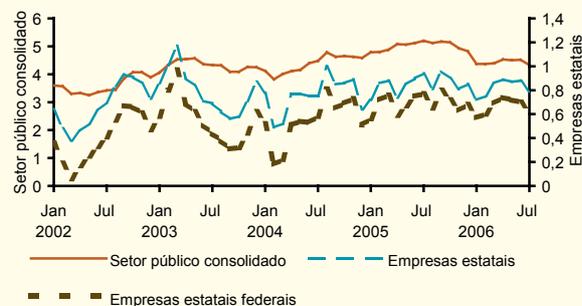
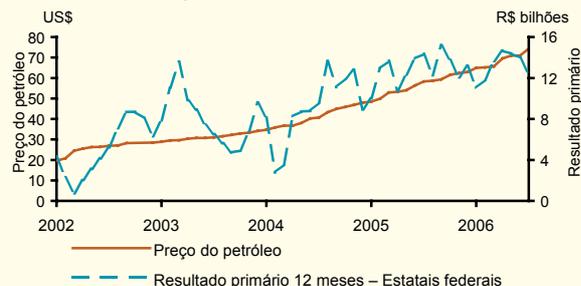


Gráfico 4 – Resultado primário acumulado em doze meses das empresas estatais federais e preço internacional do petróleo^{1/}



1/ Preço médio mensal no mercado norte-americano (WTI).

As receitas da Petrobrás e, por extensão, seus resultados, são influenciados pelos preços dos combustíveis, cujas alterações, além do impacto direto sobre o resultado da empresa, geram efeitos sobre as estatísticas fiscais. No primeiro caso, considerando-se uma elevação de preços, deve-se esperar, em princípio, aumento das disponibilidades da empresa, elevando o resultado fiscal do segmento das estatais e do setor público consolidado.

Há que se considerar ainda o efeito que essa elevação de preços pode ter sobre os lucros da empresa, e conseqüentemente sobre o pagamento de tributos diretos e dividendos. No caso do imposto de renda e de dividendos pagos ao governo, o resultado consolidado do setor público não é alterado, apenas os resultados por segmento (Governo Central e estatais federais). No caso de dividendos pagos ao setor privado, ocorre a redução de disponibilidades da empresa, gerando déficit fiscal no segmento de estatais e no setor público consolidado.

Os três níveis de governo arrecadam ainda recursos decorrentes de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo, devidos pelas empresas exploradoras, e que têm como base de cálculo o volume extraído, cotado pelo preço internacional. Por ocasião da distribuição desses recursos, o resultado fiscal é neutro para o setor público consolidado, gerando déficit nas estatais e superávit no governo geral. A Lei 9.478, de 6.8.1997, disciplina o recolhimento e distribuição dos recursos de *royalties* e participação especial: 64% do tributo recolhido são transferidos aos estados e municípios, restando à União os 36% restantes. As transferências de *royalties* são mensais e as relativas à participação especial, trimestrais.

Deve-se considerar, ainda, a incidência dos impostos indiretos sobre preços ou sobre volumes de combustíveis. A variação de ambos pode ter impacto sobre os recursos arrecadados por essa via. No caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), imposto devido sobre o valor adicionado, a arrecadação é afetada pela variação de preços. Já a arrecadação do PIS e da Cofins sobre combustíveis é específica sobre volumes, semelhante à Cide-Combustíveis. A contribuição, nesses casos, é cobrada sobre o volume de combustível comercializado. O pagamento desses tributos, a exemplo dos impostos diretos, tem efeito neutro para o setor público consolidado, pois implica déficit nas empresas estatais federais e superávit no governo geral.

Os aumentos da produção doméstica de petróleo nos últimos anos, tanto na extração quanto no refino, permitiram expressiva redução na vulnerabilidade da economia brasileira a choques nos preços internacionais da *commodity*. Assim, a ampliação continuada das exportações de combustíveis e lubrificantes tem possibilitado ao País aproximar-se do equilíbrio no comércio exterior desse setor, revertendo histórico de significativos déficits, e tem, adicionalmente, permitido ao País beneficiar-se do novo patamar de preços internacionais, expressos nos resultados obtidos pela Petrobrás, com importante contribuição ao ajuste fiscal do setor público.